



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Diretoria do Programa Nacional de Florestas

Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas - Conaflor

Ata - 5ª Reunião

Abertura

Às 09:30 horas do dia 05 de Novembro de 2004, no auditório do Hotel Pathernon, em Brasília, Capital Federal, foi dado início à 5ª Reunião da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas, sob a Presidência de Tasso Azevedo (TRA) e secretariada por Paulo Yoshio Kageyama (PYK).

1. Apresentação e Aprovação da Agenda [TP-01]

- 1.1. **TRA(PNF/MMA)** abriu a 5ª Reunião CONAFLOr cumprimentando a todos e esclarecendo a ausência do Secretário João Paulo Capobianco. Seguiu-se a apresentação dos observadores convidados abaixo relacionados.

PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO
César Augusto dos Reis	ABRAF
Carmem Roseli Caldas Menezes	Agência Brasileira de Cooperação - MRE
Simone Dias	DEMA
Luís César	Agência Brasileira de Cooperação - MRE
Geraldo Fausto da Silva	IEF/MG
Justinino Mello	UNIFLOR
Dárcio Calais	Assoc. Mineira de Silvicultura (AMS)

- 1.2. O Anexo 1 desta Ata contém a lista de todos os presentes.
- 1.3. **Julio (MCT)** solicitou a retirada de pauta do Fundo Setorial de Ciência e Tecnologia para que fosse debatido na reunião seguinte, uma vez que o membro do MCT que iria fazer a apresentação não pôde comparecer.
- 1.4. **Dárcio Calais (AMS)** solicitou espaço na agenda para uma apresentação sobre "Entraves no Setor Florestal".
- 1.5. Antes de aprovar a pauta foi decidido que a sugestão de inclusão de tema de pauta seria realizada no período da tarde ou seria incluído nas próximas reuniões.

Encaminhamentos:

1. Incluir na próxima reunião o Tema de Pauta Fundo Setorial de Ciência e Tecnologia.

2. Aprovação da Ata da 4ª Reunião [TP-02]

- 2.1. **TRA(PNF/MMA)** passa a palavra a Paulo Kageyama que solicitou as considerações dos membros da CONAFLOR em referência a ATA da 4ª Reunião.

- 2.2. A Palavra foi aberta aos membros para suas colocações:

Mauro Antônio Moraes Victor (SBPC) solicitou a inclusão, em Ata, das advertências feitas ao governo brasileiro quanto ao Informe Austrália e das propostas concretas advindas do pronunciamento da ITTO. Esclareceu que os documentos acima citados foram encaminhados à Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

Paulo Sérgio Pellegrini (ABEMA/NE) sugeriu que fosse feita alteração na redação do item 2.1 constante na ATA da 4ª Reunião CONAFLOR referente ao Tema de Pauta "Aprovação da Ata da 3ª Reunião (1ª Extraordinária)". Citou ainda que o folder elaborado pelo PNF apresenta-se com redação incorreta quanto aos prazos de financiamento.

- 2.3. **TRA** esclareceu que as informações sobre os prazos de financiamento foram informadas pelos próprios bancos e que os mesmo seriam checados. Solicitou também que os documentos referenciados por Mauro Vitor fossem encaminhados novamente à secretaria da CONAFLOR para garantir que estivessem corretamente referenciados e colocados a disposição dos interessados na íntegra.

- 2.4. **Paulo Yoshio Kageyama (DCBIO/MMA)** submeteu a ata à votação, sendo aprovada com uma abstenção de Cláudia Azevedo Ramos (FBOMS).

Encaminhamentos:

1. Inclusão na ATA de Reunião da CONAFLOR as seguintes alterações sugeridas: (i) as advertências feitas por Mauro Antônio Moraes Victor (SBPC) ao governo brasileiro quanto ao Informe Austrália; (ii) referências às propostas concretas do Pronunciamento da ITTO, encaminhadas à Secretaria de Biodiversidade e Florestas por Mauro Antônio Moraes Victor (SBPC);
2. Disponibilizar no CD os textos completos enviados pelo membro Mauro Victor (SBPC) sobre o informe Austrália e a ITTO;
3. Refazer redação do item 2.1 constante na ATA da 4ª Reunião CONAFLOR referente ao TP "Aprovação da Ata da 3ª Reunião (1ª Extraordinária)";
4. Conferir e proceder correção, se necessário, na redação do Folder elaborado pelo PNF relativo as condições de financiamento do FNE.

3. Informes [TP-03]**3.1. Atualização dos Membros**

- 3.1.1. **TRA (PNF/MMA)** fez referência ao mandato dos membros da CONAFLOOR que será de dois anos e solicitou atualização de endereços e telefones.
- 3.1.2. **Pedro Aranha (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais)** requisitou alteração de seu endereço na relação dos membros titulares para: Rua Santo Amaro 129 – Glória.

Encaminhamentos:

1. Atualizar dados (telefone e endereço) e a relação dos representantes da CONAFLOOR incluindo seus membros titulares, suplentes e observadores.

3.2 Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas

3.2.1. **TRA(PNF/MMA)** informou que o Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas encontra-se em tramitação na Casa Civil devendo ser enviado em breve ao Congresso Nacional. Durante o processo de tramitação na Casa Civil e avaliação por outros ministérios foi mantida a integridade da proposta aprovada na Conafloor sendo a única alteração significativa a adoção do modelo de diretoria do Banco Central para a Diretoria do Serviço Florestal Brasileiro, com indicação pela presidência e sabatina do senado, porém sem mandato fixo.

3.2.2. A palavra foi aberta aos membros:

Mauro Antônio Moraes Victor (SBPC) sugeriu que fossem feitos esclarecimentos à sociedade quanto aos objetivos e expectativas do Projeto de Lei e solicitou esclarecimentos sobre o encaminhamento dado à correspondência enviada pela Presidência da SBPC propondo um seminário de debate sobre o PL.

Girolamo Domenico Treccani (CONTAG) recomendou que o Projeto de Lei seja enviado com a maior brevidade possível ao Congresso Nacional para discussões posteriores no próprio Congresso.

Cláudia Azevedo Ramos (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais) considerou que houve um erro de comunicação no Projeto de Lei, apesar de ter sido exaustivamente discutido. Recomendou que o PL deverá ser esclarecido e discutido no Congresso Nacional antes da votação.

Pedro Aranha (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais) sugeriu que seja feita audiência pública nos Estados e no Congresso Nacional.

3.2.3. **TRA(PNF/MMA)** relatou que o Projeto de Lei foi intensivamente esclarecido à imprensa de modo geral. Salientando, contudo, que um trabalho mais cuidadoso deverá ser feito a partir do momento que o projeto for enviado ao Congresso Nacional. Esclareceu ainda que o PNF estará em contato com a SBPC para que seja realizado o seminário proposto na carta do Presidente da entidade.

Encaminhamentos:

1. Organizar reunião com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC;

3.3 Empréstimo junto ao Banco Mundial em apoio ao Programa Nacional de Florestas

- 3.3.1. **TRA** explicou o andamento do processo de preparação do empréstimo junto ao Banco Mundial informando que a contratação dos estudos preliminares estava atrasada devido a problemas na assinatura do contrato de doação entre o Banco Mundial e o Governo Brasileiro. Os estudos deverão iniciar-se em janeiro de 2005.

3.4. Execução do Pronaf Florestal e PropFlora

- 3.4.1. **TRA** apresentou o tema de pauta salientando os fatores identificados pelo PNF como fundamentais para o sucesso dos programas de crédito e financiamento ao produtor: (i) Existência de Linhas de Crédito com condições adequadas para atividade; (ii) Existência de Divulgação e Assistência Técnica (iii) Existência de agentes financeiros capacitados, bem informados e adequadamente avaliados.

Lembrou que em 2002 foram criadas duas linhas de financiamento específicas para o financiamento da atividade florestal com foco no pequeno e médio produtor rural: o Pronaf Florestal (parceria com MDA) e o PropFlora (parceria com MAPA). Já em 2003, baseado nas informações do 1º ano do programa, com baixíssima execução, foram efetuadas adaptações nos programas para facilitar o acesso aos produtores e iniciado um programa de assistência técnica dirigida, bem como um processo mais agressivo de divulgação das linhas de financiamento.

Em seguida mostrou a tabela do comparativo da execução 2002/3 e 2003/4 do PRONAF e PropFlora, que mostra por um lado um crescimento expressivo da aplicação e número de contratos de ambos programas.

		2002-03	2003-04	2004-05*
PRONAF Florestal	Disponível	20 milhões	23 milhões	30 milhões
	Volume acessado	1,29 milhão	2,88 milhões	1,06 milhão
	Nº contratos	295	599	240
PROPFLORA	Disponível	60 milhões	50 milhões	50 milhões
	Volume acessado	769 mil	10,6 milhões	7 milhões
	Nº contratos	33	307	**

* Julho-Setembro / ** informação não disponível

Por outro lado, salientou que o volume movimentado ainda é muito pequeno em relação à demanda e a execução é muito baixa na região centro-oeste e norte. As regiões que já contam com Programa de Assistência Técnica do PNF apresentam execução mais alta.

Informou por fim que já existe Assistência Técnica Florestal (ATEF) contratada, através de parceria com o FNMA, para 8000 produtores na região da Mata Atlântica e já está em fase de contratação a ATEF para Caatinga e Cerrado. O Edital para Amazônia será lançado no primeiro trimestre de 2005.

- 3.4.2. A palavra foi aberta aos membros:

Paulo Sérgio Pellegrini (ABEMA/NE) comentou que a ausência de execução do Pronaf Florestal e PropFlora nas regiões Nordeste e Centro-Oeste deve-se não somente à deficiência de assistência técnica, como também à ausência de

mobilização dos produtores da região e dificuldade dos gerentes de banco na divulgação e difusão dessas linhas de financiamento.

Dárcio Calais (AMS) questionou a demanda incipiente por recursos oferecidos no Pronaf Florestal e PropFlora.

Carlos Alberto Dayrell (FBOMS - Cerrado e Pantanal) demonstrou preocupação com o incentivo à monocultura, com conseqüente subordinação dos produtores ao setor produtivo madeireiro. Sugeriu a inserção dos agricultores familiares nas linhas de financiamento relatadas; para tanto, recomendou discussão entre o Ministério do Meio Ambiente e movimentos sociais ligados a Agricultura Familiar.

Rodrigo Justus de Brito (ABEMA/CO) comentou que os recursos não estão sendo acessados por inadimplência de até 80% dos interessados.

Luiz Cornacchioni (BRACELPA) relatou que a rentabilidade é mínima para o banco. Sugeriu pauta específica para discussão do tema.

- 3.4.3. **TRA(PNF/MMA)** explicou que a demanda não está detalhada no quadro apresentado uma vez que não faz referência aos projetos apresentados e não aprovados. Lembrou também que uma parte dos projetos vem investindo em sistemas agroflorestais. Propôs também que fosse selecionado três membros da CONAFLOR para acompanhar e apoiar o PNF na definição de soluções para alavancar o financiamento da atividade florestal.

- 3.4.4. Os seguintes encaminhamentos foram aprovados:

Encaminhamentos:

1. O CONAFLOR deve indicar três membros para se dedicar ao tema de financiamento das atividades florestais.
2. O tema "Financiamento à Atividade Florestal" deverá entrar como tema de pauta em futuras reuniões.

4. Fórum Nacional das Contribuições Sócio-ambientais do Setor de Florestas Plantadas. [TP-05]

- 4.1 **TRA(PNF/MMA)** sugeriu inversão na Pauta, priorizando o tema "Fórum Nacional das Contribuições Sócio-ambientais do Setor de Florestas Plantadas". Em seguida, introduziu o tema de pauta salientando os seguintes pontos:

A Silvicultura brasileira é altamente tecnificada e uma das mais produtivas e bem sucedidas no mundo. A essa atividade estão associados uma série de impactos sociais e ambientais, positivos e negativos.

Por um lado o PNF está trabalhando num levantamento dos impactos negativos das atividades de plantações florestais no Brasil para definir uma estratégia e um plano de ação para prevenção e mitigação desses impactos. Por outro lado, identificou-se como de fundamental importância a valorização das boas práticas sócioambientais de forma que estas sejam multiplicadas através do setor.

Para tanto, o PNF realizou um levantamento de boas práticas socioambientais em empresas florestais e realizou um seminário em Brasília com os representantes destas empresas procurando identificar formas de multiplicar as iniciativas.

Como resultado desta iniciativa foi proposta a criação de um Fórum Nacional das Contribuições Sócioambientais do Setor de Florestas Plantadas com objetivo de constituir um espaço de diálogo e troca de experiências constantes sobre as iniciativas que potencializem os benefícios sócioambientais das plantações florestais.

O Fórum seria aberto à participação de empresas, ONGs, organizações de trabalhadores, entidades de pesquisa e órgãos governamentais e seria lançado no início de dezembro juntamente com as comemorações dos 100 anos de florestas plantadas no Brasil.

- 4.2 Após a introdução, a palavra foi aberta e as seguintes intervenções foram realizadas:

Paulo Yoshio Kageyama (DCBIO/MMA) relatou que o setor florestal tem destaque em termos de manutenção da biodiversidade regional, especificamente referindo-se a área de preservação permanente e reserva legal. Salientou a importância da inclusão nas entrelinhas do plantio da monocultura de eucalipto, o cultivo de gêneros alimentícios no combate à fome.

Mauro Antônio Moraes Victor (SBPC) salientou que o setor produtivo, especificamente de papel e celulose do Espírito Santo, é detentor de um grande passivo ambiental, com importante impacto negativo referente à contaminação e poluição das águas. Foi elaborado um relatório por diversos setores, incluindo a CNBB e o Ministério Público Federal, que descreve "O Estado das Águas no Brasil - 2003/2004". Mauro Victor encaminhará o relatório em meio digital para disponibilizá-lo aos membros da Comissão.

Carlos Alberto Dayrell (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais - Cerrado e Pantanal) manifestou o desconhecimento, na região onde atua, das boas práticas delineadas por Paulo Kageyama. Relatou a preocupação com a recarga dos lençóis subterrâneos em áreas com plantios florestais de eucalipto na Comunidade de Vereda Funda, Município de Rio Pardo de Minas – MG. Descreveu o papel do Governo Federal que deveria cingir-se ao Zoneamento Agroecológico com ênfase na participação social e à restrição quanto ao plantio de monoculturas em áreas contínuas. Denunciou a substituição de um elevado contingente de mão-de-obra (80 operadores de motosserra) por máquinas utilizadas na colheita florestal. Mostrou-se contrário à participação do governo federal como patrocinador do fórum.

Rodrigo Justus de Brito (ABEMA-CO) comentou que o papel do governo é administrar o país e não assumir a função de criar fóruns por não apresentar competência legal para instituí-lo. As entidades e associações civis deveriam ser responsáveis pela criação do fórum. Citou que a CONAFLOR foi criada com caráter consultivo e está representada por todos os setores interessados. Considera que a Portaria poderia esvaziar as atribuições da CONAFLOR.

Geraldo Fausto da Silva (IEF/MG) parabenizou a coordenação da CONAFLOR por colocar o tema em pauta. Relatou que, em Minas Gerais, ao falar em florestas

plantadas, pensa-se somente em pinus e eucalipto. Incentivou a oferta de matéria-prima oriunda de florestas plantadas através da ampliação da base florestal de forma legalizada. O setor florestal é o que mais investe em pesquisa e tecnologia com vistas a aumentar a produtividade e reduzir a área plantada. No Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha existe uma grande demanda dos produtores por reflorestamento, sendo superior à capacidade de atendimento do IEF. Salientou que o passivo ambiental não é responsabilidade apenas do setor florestal, mas em grande parte advindo de atividades agrícolas.

Vitor Afonso Hoeflich (EMBRAPA/PR) sugeriu que deve-se deixar explícito o vínculo da CONAFLOR com o Fórum e propôs maior abrangência do mesmo, incluindo governos estaduais e ONGs que não apareciam explicitamente no texto. Solicitou que fosse feita uma reformulação no Inciso I do artigo 4º da Portaria de criação do fórum.

Luiz Cornacchioni (BRACELPA) definiu a necessidade e importância de criação de um espaço para discussão sobre florestas plantadas, independente de sua formatação.

Francisco Rosquilde Pessoa Araújo (CONTICOM) relatou que a certificação do FSC é até o momento a melhor alternativa para enfrentar o desmatamento desmedido. Salientou que o processo de certificação ao contemplar como princípio as práticas ecologicamente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas pode contribuir para o debate do Fórum.

Cláudia Azevedo Ramos (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais) considerou extremamente importante o espaço proposto, entretanto expôs suas preocupações: i) Deveria também ser pensado o tema para Florestas Nativas, podendo ser criado um Fórum Nacional das Contribuições Sócio-ambientais do Setor de Florestas Nativas; ii) no artigo 4º não está explícito o interesse na participação de empresas que contenham passivo ambiental, que ao final são aquelas que queremos trazer para as boas práticas.

Henrique Silva (ABEEF) questionou o interesse/objetivo do governo federal em criar o fórum. Sugeriu que o setor privado deveria ficar com essa obrigatoriedade. Solicitou que o termo floresta plantada fosse revisado por não abranger os diversos métodos de plantio com espécies florestais.

Carlos Alberto Dayrell (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais -Cerrado e Pantanal) destacou que o fórum necessita de uma ampla discussão. Demonstrou preocupação do fórum tornar-se um espaço para o posicionamento de poucos atores. Insistiu no amadurecimento quanto ao patrocínio pelo Governo Federal. Alertou que algumas questões deverão ser contempladas e respondidas: Onde, como e para quem serão feitos os plantios de florestas?

Dayrell propôs que a discussão sobre a oportunidade de criação do Fórum das Contribuições Socioambientais do Setor de Florestas Plantadas ocorresse após a apresentação do estudo sobre Temas conflituosos relacionados com a expansão da base florestal plantada, momento em que a CONAFLOR teria maiores condições de opinar sobre a questão." Reafirmou que não houve consenso quanto à realização do Fórum.

Fernando Castanheira (Fórum Nacional de Base de Atividade Florestal) defendeu a implementação do Fórum o mais breve possível, incorporando, na medida do possível, as sugestões apresentadas.

Glauber Sumar Pinheiro (SBEF) propôs que o fórum poderia ser um apêndice da CONAFLOR, ou ainda grupo temático ou câmara técnica para tratar do tema citado.

Vitor Afonso Hoeflich (EMBRAPA/PR) comentou a respeito da urgência na implementação do fórum. A discussão do tema deverá ocorrer independentemente da formatação.

Mauro Antônio Moraes Victor (SBPC) citou que o fórum deverá ser implementado em regime de urgência, conforme suas palavras: aqui, já e agora. Quanto a formatação deverá ser melhor trabalhado.

- 4.3. **TRA** fez uma reflexão sobre as contribuições dos membros reconhecendo com as seguintes ponderações: (i) parte dos membros da CONAFLOR estavam mais familiarizados com a proposta do Fórum por terem participado de reuniões preliminares e outros estavam vendo o tema pela primeira vez; (ii) o Fórum tem por objetivo promover práticas sócioambientais e não as empresas florestais em si; (iii) o Fórum não deve substituir a Conaflor, mas subsidiar suas discussões.

A partir destas ponderações consultou os membros sobre os pontos de acordo e os pontos que precisariam ser trabalhados e obteve o seguinte resultado:

- É oportuno criar um espaço para debate aprofundado sobre os aspectos socioambientais dos plantios florestais.
- Este espaço deverá ser aberto a todos os atores sociais interessados, incluindo as empresas, ONGs, movimentos sociais, universidades, entidades de classe, governos estaduais e municipais, entre outros.
- O espaço a ser criado deve ser vinculado à CONAFLOR, podendo responder às demandas ali surgidas e ao mesmo tempo reportando seus resultados e avanços como subsídio aos trabalhos da CONAFLOR.
- O espaço deve envolver não apenas as contribuições sócioambientais mas também os impactos das plantações florestais.
- O formato e a proposta de portaria precisam ser revisados e submetidos aos membros da CONAFLOR para apreciação.

Em seguida **TRA** esclareceu que o debate deverá continuar focado no modelo de institucionalização. Nova proposta será reescrita e apresentada nos próximos 15 dias aos integrantes da CONAFLOR para comentários e sugestões.

- 4.4. Durante as discussões os seguintes encaminhamentos foram acordados:

Encaminhamentos:

1. Elaborar uma proposta revisada da portaria de criação do Fórum Sócio-ambiental (ou outro mecanismo caso seja adequado) levando em consideração: (i) participação aberta; (ii) contemplar não somente as contribuições sócioambientais, mas também os impactos do setor de florestas plantadas e as formas de prevenção e mitigação destes impactos; (iii) mecanismo de vinculação do fórum à CONAFLOR.
2. Enviar proposta para comentários e sugestões dos membros da CONAFLOR. Caso haja um nível alto de consenso proceder à instalação do Fórum. Caso exista ainda polêmica de fundo, levar o tema à debate na próxima reunião da CONAFLOR.

5. Estudos Estratégicos [TP-04]

- 5.1. **TRA** apresentou o tema de pauta descrevendo os estudos estratégicos atualmente em andamento e que foram contratados por demandas da CONAFLOR. (i) Políticas e Programas Florestais nos Estados; (ii) Sistema Nacional de Parcelas Permanentes; (iii) Levantamento de Situações de Conflito em Plantações Florestais e (iv) Florestas Urbanas.

Sobre o levantamento das Políticas e Programas Florestais Estaduais informou que o mesmo será apresentado na próxima reunião da CONAFLOR que deverá acontecer em fevereiro de 2005.

Sobre o estudo de “Florestas Urbanas” informou que já foram visitadas várias regiões do Brasil. O trabalho apresentará uma proposta de como inserir o tema de florestas urbanas no PNF. O relatório conclusivo será apresentado em dezembro de 2004.

O estudo “Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para a minimização dos conflitos identificados” está concentrado em obter uma visão clara e concisa em relação aos tipos de conflitos, atores envolvidos e a localização desses conflitos. O relatório será apresentado dezembro de 2004.

Cláudia Azevedo Ramos (FBOMS - Amazônia) questionou quanto aos encaminhamentos da 4ª Reunião Ordinária referente à realização de um estudo também para Florestas Naturais.

Pedro Aranha (FBOMS – Mata Atlântica) solicitou que a visita técnica para diagnóstico das florestas urbanas nas capitais, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, seja feita em conjunto com a Rede Mata Atlântica.

Carlos Alberto Dayrell (FBOMS - Cerrado e Pantanal) solicitou a participação dos representantes das famílias inseridas nos conflitos durante o estudo sobre conflitos em plantações florestais.

Uilton Tuxá (COIAB) descreveu o impacto da cultura de eucalipto em terras indígenas nos Estados do Espírito Santo e Bahia. Esses conflitos deverão ser

abrangidos pelo estudo executado pelo Prof. Drummond da Universidade de Brasília.

Paulo Pellegrini (ABEMA - NE) salientou que o relatório sobre parcelas permanentes é necessário para o planejamento e a validação das informações no setor florestal. Incentivou a inclusão do geoprocessamento no estudo.

Dárcio Calais (AMS) enfocou a importância da informação no planejamento das atividades florestais.

- 5.2. **TRA** relatou como cada demanda apresentada na 4ª reunião foi incorporada nos estudos, informando que o estudo de impactos sócioambientais em manejo de florestas naturais será contratado em 2005. Esclareceu também que o Sistema Nacional de Parcelas Permanentes já está sendo pensado no contexto do desenvolvimento do Inventário Nacional e do Sistema Nacional de Informação Florestal.
- 5.3. Durante as discussões, os seguintes encaminhamentos foram acordados:

Encaminhamentos:

1. Enviar aos consultores contratados os contatos de Uilton Tuxá (COIAB) e Carlos Alberto Dayrell (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais-Cerrado e Pantanal) para que suas experiências sejam abrangidas pelo estudo sobre "Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para a minimização dos conflitos identificados".
2. Solicitar que os consultores contratados para o estudo das florestas urbanas coordenem com a Rede Mata Atlântica a visita técnica na cidade do Rio de Janeiro.
3. Os relatórios finais dos estudos realizados deverão ser encaminhados aos membros da CONAFLOR para conhecimento.

6. Plano Nacional de Desenvolvimento de Silvicultura de Espécies Nativas e Agrofloresta [TP-06]

- 6.1. **TRA** introduziu o tema de pauta fazendo uma breve explanação da motivação para desenvolver o Plano Nacional de Desenvolvimento de Silvicultura de Espécies Nativas e Agrofloresta salientando os seguintes aspectos:
- O Programa Nacional de Florestas tem por objetivos, entre outros, a ampliação da base florestal brasileira por meio da silvicultura e sistemas agroflorestais.
 - As atividades de florestamento e reflorestamento desenvolvidas no Brasil utilizam predominantemente espécies exóticas, que foram intensamente melhoradas nas últimas décadas, obtendo-se elevadas produções em qualidade e em volume, que transformaram o país em um dos líderes mundiais da produção florestal em florestas plantadas.

- Embora muitas espécies nativas tenham potencial produtivo semelhante ao potencial apresentado pelas espécies exóticas, quando introduzidas no Brasil, o investimento no desenvolvimento da silvicultura destas espécies tem sido muito pequeno, localizado e inconstante. As exceções são raras, como no caso da Araucária da região sul e sudeste e do Pinho Cuiabano na região norte.
- Como resultado quando se fala em reflorestamento para fins comerciais no Brasil, os produtores tendem a focar ou se interessar quase que tão somente pelo plantio de espécies exóticas (Eucalipto, Pinus e Teca).
- À semelhança dos investimentos realizados pelo governo brasileiro nas décadas passadas, vislumbra-se neste momento a oportunidade do empreendimento de uma iniciativa consistente que permita explorar o potencial produtivo das espécies florestais nativas, por intermédio do desenvolvimento de sistemas de produção silvicultural e de sistemas agroflorestais, que com embasamento científico e adequadas técnicas de fomento e assistência técnica permitam aliar a preservação do patrimônio genético, o uso sustentável de recursos naturais e o incremento na qualidade e diversidade da produção florestal do país.
- Esforço de tal vulto, que envolve o emprego de inúmeros recursos dispersos pela sociedade brasileira, somente poderá ser efetivo, se precedido de uma consistente iniciativa de planejamento e de gestão, apoiadas pela ação governamental, que permitam a atuação sinérgica dos órgãos de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, de fomento e crédito, motivo que fundamenta a elaboração do Plano Nacional de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agroflorestais.
- Para tanto foi estabelecida uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura (CEPLAC e Embrapa), Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Ciência e Tecnologia para desenvolver um Plano de longo prazo para desenvolvimento da silvicultura de espécies nativas e agrofloresta no Brasil.

Por fim, TRA esclareceu que uma parcela do empréstimo a ser tomado no Banco Mundial será destinada ao Plano Nacional de Desenvolvimento de Silvicultura de Espécies Nativas e Agrofloresta, nos próximos 15 a 20 anos.

Durante o Congresso Brasileiro de Agrofloresta, realizado em Curitiba na última semana de outubro, foram eleitos 4 representantes da sociedade civil (incluindo produtores) para participar do grupo de trabalho que começará a operar em novembro e deve apresentar o Plano no primeiro trimestre de 2005.

6.2. A palavra foi aberta aos membros:

Paulo Yoshio Kageyama (DCBIO/MMA) relatou que aproximadamente 5000 ha, localizados no entorno de reservatórios, foram recuperados com o plantio de diferentes espécies nativas e devem servir de experiência a ser considerada na constituição do Plano. Comentou ainda, que esses plantios consorciados ou agroflorestais deverão ser priorizados em contraposição ao cultivo de uma única espécie nativa.

Dárcio Calais (AMS) comentou que a legislação é extremamente restritiva em relação às espécies nativas e deverá ser adaptada.

Carlos Alberto Dayrell (FBOMS - Cerrado e Pantanal) sugeriu que deverão ser incluídos participantes com experiência em diferentes ecossistemas para a composição do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI.

Cláudia Azevedo Ramos (FBOMS - Amazônia) salientou a necessidade de se identificar as monoculturas de espécies nativas que ocorrem principalmente na Amazônia.

Rose Hernandez (ABIHPEC) questionou se no termo “produtos florestais” estão incluídos produtos madeireiros e não-madeireiros. RH comentou que das 125 espécies nativas com comprovada eficácia, apenas 20 espécies são exploradas até o momento.

- 6.3. **TRA** informou que iniciou-se um processo de revisão de toda a regulamentação sobre Manejo Florestal na Região Amazônica. A primeira fase será concluída em fevereiro de 2005 e posteriormente apresentada na próxima reunião CONAFLOR.

Também recomendou que a instrução normativa que trata de florestas plantadas (IN 8/2004) seja enviada aos participantes da reunião, pois já simplifica bastante as regras para florestas plantadas. Reconheceu que existem problemas de interpretação como as regras para colheita de florestas plantadas nativas em área de reserva legal.

TRA comentou que o termo produtos florestais refere-se aos produtos madeireiros e não madeireiros, mas que muitas vezes acaba sendo percebido apenas como produtos madeireiros. Sugeriu que fosse contratada uma avaliação independente das ações do PNF relacionadas com Produtos Florestais Não Madeireiros.

- 6.4. Durante as discussões os seguintes encaminhamentos foram acordados:

Encaminhamentos:

1. Enviar a Instrução Normativa Nº 8, de 24 de agosto de 2004, aos membros da CONAFLOR;
2. Incluir, no quarto item do contexto do Tema de Pauta “Plano Nacional de Desenvolvimento de Silvicultura de Espécies Nativas e Agrofloresta”, a espécie Acácia além das espécies exóticas já citadas: Eucalipto, Pinus e Teca;
3. Incluir o tema Legislação relacionada à silvicultura de espécies nativas na discussão do Grupo de Trabalho;
4. Elaborar o Termo de Referência para contratação de consultoria com o objetivo de identificar experiências não-governamentais com silvicultura de espécies nativas;
5. Indicar a participação de dois membros da CONAFLOR que irão acompanhar o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI;

6. Realizar uma avaliação independente das ações e estratégias do PNF para produtos não madeireiros;
7. Incluir participantes com experiência em diferentes ecossistemas para a composição do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI
8. Apresentar, na próxima reunião CONAFLOR, a fase inicial do processo de revisão de toda a regulamentação sobre Manejo Florestal na Região Amazônica.

7. **Revisão do Arranjo Internacional de Florestas [TP-07]**

- 7.1. **TRA(PNF/MMA)** procedeu a leitura do texto referente a revisão do arranjo internacional de florestas, incluindo breve histórico e antecedentes.

TRA salientou que o Programa Nacional de Florestas e o Itamaraty estão desenvolvendo um amplo processo de consulta, tendo como veículo principal a CONAFLOR para subsidiar a posição brasileira sobre este novo arranjo internacional de florestas.

Para tanto foi realizado o Seminário Arranjo Internacional de Florestas: Perspectivas para o Brasil, com objetivo de introduzir a discussão à CONAFLOR e propor um processo para formação da posição brasileira.

TRA descreveu a pauta do Seminário “Arranjo Internacional de Florestas: perspectivas para o Brasil” e destacou os temas “O que se espera de um Arranjo Internacional” e “Opções de Arranjo Internacional”.

As etapas propostas para este processo e que foram submetidas à CONAFLOR são:

1. Reunião de Introdução da Agenda Internacional de Florestas (2ª Reunião da CONAFLOR).
 2. Seminário sobre o Arranjo Internacional de Florestas: Perspectivas para o Brasil (27 de Agosto 2004)
 3. Painel de Expertos para formatar “considerações com vistas a recomendar os parâmetros para um mandato para desenvolver uma estrutura legal sobre todos os tipos de florestas”. (Setembro 2004)
 4. Relatório do cumprimento das Propostas de Ações IPF/IFF (Nov/Dez 2004)
 5. II Seminário sobre o Arranjo Internacional de Florestas: A situação do Brasil frente aos acordos existentes. (Dez 2004)
 6. Reunião da CONAFLOR para recomendações (Fev 2005).
- 7.2. Em seguida TRA convidou o Secretário Hadil Rocha Vianna, do Departamento de Meio Ambiente do Ministério de Relações Exteriores, para relatar os resultados da reunião de expertos sobre parâmetros para avaliar uma recomendação de uma convenção.
 - 7.3. **Hadil Rocha Vianna (DEMA – Itamaraty)** agradeceu o convite e fez um breve relato da unanimidade dos peritos em considerar a necessidade de se trabalhar com o Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF). A cooperação internacional foi ponto importante no debate, principalmente entre os países em

desenvolvimento. O Brasil consolidou-se como peça fundamental nas negociações sobre florestas, com importante menção à CONAFLOR. Finalmente, a Delegação apresentou nota e relatório que foram encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente.

7.4. Neste ponto a seguinte intervenção foi realizada:

Mauro Antônio Moraes Victor (SBPC) sugeriu agregar as metas e resultados do MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT ao II Seminário sobre Arranjo Internacional de Florestas: perspectivas para o Brasil.

7.5. Os seguintes encaminhamentos foram acordados:

Encaminhamentos:

1. Disponibilizar o relatório do Itamaraty sobre a reunião de NY do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF) aos membros da CONAFLOR;
2. Agregar as metas e resultados do MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT ao II Seminário sobre Arranjo Internacional de Florestas: perspectivas para o Brasil;
3. Agendar a 6ª Reunião da CONAFLOR para fevereiro de 2005.
4. Integrar o Itamaraty como membro da CONAFLOR.

8. **Revisão do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais [TP-08]**

8.1. **TRA** fez um breve histórico do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais salientando que durante a 4ª reunião da CONAFLOR foi apresentado e debatida a posição brasileira na negociação do novo acordo, tendo como principal ponto de recomendação da CONAFLOR a incorporação do tema de serviços ambientais e produtos não madeireiros no contexto do novo acordo.

Explicou que no final de julho foi realizada a Conferência Diplomática para tratar do novo acordo e que não foi possível chegar a um consenso sobre o texto. A nova conferência acontecerá em fevereiro, em Genebra.

Por fim leu o documento de posição dos países membros produtores, apresentado na Conferência Diplomática de Genebra para a renegociação do Acordo Internacional de Madeira Tropical que já inclui as recomendações da CONAFLOR quanto aos serviços ambientais e produtos não madeireiros.

8.2. Em seguida TRA convidou o Secretário Luís César Gasser do Departamento de Produtos de Base do Itamaraty para comentar o estado atual das negociações.

8.3. **Luís César (Itamaraty)** agradeceu o espaço e salientou a importância do processo de renegociação e a participação da CONAFLOR. Sublinhou que o Brasil exerce a direção da Organização, conduz a presidência da Conferência Diplomática e atua como porta-voz dos países produtores, portanto tem uma importância estratégica nos rumos do novo acordo.

Em função do impasse ocorrido na conferência, Luís César acredita que serão necessários novos encontros para finalizar a renegociação do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais.

O objetivo dos futuros encontros será de ampliar o número de países que contribuem financeiramente e criação de um fundo fiduciário com contribuições obrigatórias. A Comissão Europeia mostrou-se contrária à proposta de contribuições obrigatórias, indicando a necessidade de futuras reuniões para concretização das propostas.

8.4. Neste ponto as seguintes intervenções foram realizadas:

Rose Hernandez (ABIHPEC) questionou se os produtos florestais não madeireiros estariam incluídos no Acordo Internacional de Madeira Tropical.

TRA esclareceu que projetos com produtos não madeireiros poderão ser apresentados, sempre no contexto de manejo florestal de uso múltiplo.

8.5. TRA agradeceu a participação do Secretario Luis César e fechou os temas de pauta da agenda partindo para os encaminhamentos finais.

9. Encaminhamentos finais

9.1. **TRA** resumiu os temas que foram sugeridos para pauta nas próximas reuniões:

- Diretrizes do Ensino Florestal;
- Financiamento Florestal;
- Políticas Estaduais;
- Fundo Setorial de Ciência e Tecnologia;
- Política Industrial para o Setor Florestal;
- Instrumentos da Política Florestal específico para produtores familiares.

Cláudia Azevedo Ramos (Fórum Brasileiro de ONGS e Movimentos Sociais) solicitou que fossem encaminhados, com 15 dias de antecedência à Reunião CONAFLOR, as atas, pautas e documentos para discussão com os atores envolvidos.

Girolamo Domenico Treccani (CONTAG) solicitou enfoque especial ao Manejo Florestal Comunitário na 6ª Reunião CONAFLOR.

TRA(PNF/MMA) recomendou que os membros da comissão pudessem reunir com seus pares um dia antes da reunião permitindo discutir com antecedência a pauta. O PNF poderia apoiar com a sessão de espaço para as reuniões prévias em Brasília.

9.2. Os seguintes encaminhamentos finais ficaram acordados:

Encaminhamentos:
▪ Enviar a Ata de reunião e documentos para análise com 15 dias de antecedência da próxima reunião.
▪ Enviar CD da 5ª Reunião CONAFLOR aos participantes.
▪ A secretaria do PNF oferecerá apoio logístico para que os membros possam realizar reuniões preparatórias no dia anterior às reuniões da CONAFLOR.
▪ Agendar ainda em 2004 as 4 reuniões ordinárias da CONAFLOR em 2005.

10. Encerramento

Sem outros assuntos para tratar, a reunião foi encerrada pontualmente às 17h.

Anexo 1. Lista dos Participantes da Reunião

MEMBROS CONAFLOR

Nome do Membro	Instituição
Justiniano Netto	UNIFLOR
Rose Hernandez	ABIHPEC
Paulo S. Pellegrini	ABEMA - Nordeste
Cláudia A. Ramos	IPAM
Francisco Rosquilde	CONTICOM – SIND. MAD. ITAC
Raimundo Lima	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Bruno Veiga	Ministério da Educação
Luiz Cornacchioni	BRACELPA
Vitor Afonso Hoeflich	EMBRAPA
Mauro Victor	SBPC
Afonso C. Brandão de Sá	MDIC / SDP
Fernando Castanheira	Fórum Nacional Florestal
Rubens Garlipp	SBS
Maurício Carvalho	MAPA
Pedro Aranha	RMA / FBOMS
Andrea Figueiredo	MME / SEE
Glauber Pinheiro	SBEF
Rodrigo J. Brito	ABEMA / MT
Girolamo D. Treccani	CONTAG
Fernando Bemerguy	ABEAS
Carlos Dayrell	CAA
Raimundo Deusdará	SDS / AM
Pedro Roberto Madruga	ABEAS

Henrique M.M. Silva	ABEEF
Manuel Wilton Santos	APOINME (conab)

CONVIDADOS

Nome	Instituição
Geraldo Fausto da Silva	IEF- MG
Paulo Lopes Viana	SEMAD / IEF - MG
César Augusto dos Reis	ABRAF
Dárcio Calais	AMS
Carmen R. Caldas Menezes	ABC - MRE
Júlio Carlos Resende	MCT
Simone Dias	DEMA - Itamaraty
Hadil Rocha Vianna	DEMA - Itamaraty
Rodrigo Brito	ABEMA - MT
Cris Branco	Amigos da Terra